



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Centro de Ciências Matemática e da Natureza
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Processo Administrativo Nº 23079.046735/2018-17

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos de navegação e posicionamento, materiais para proteção individual e ferramentas; conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, para atender as necessidades das atividades de campo dos alunos do curso de Geologia, do Departamento de Geologia:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Aparelho de navegação/receptor móvel, Sistema de Posicionamento Global (GPS). com coleta de dados. Configurações mínimas: Visor monocromático de 2.2 polegadas; satélites GPS e GLONASS. Garantia mínima de 12(doze) meses.	275761	UND	30	31.455,00
2	Instrumento para determinar direções horizontais, Bússola; Configurações mínimas: lupa de mapas; espelho de visada; bolha niveladora; clinômetro; área de leitura com lente de aumento; resolução de 1º; cartões de referências; três sistemas de clinômetros; cordão de pescoço; escalas: pés, milhas e metros;	234101	UND	50	5.250,00
3	Perneira de segurança; confeccionada em 2(duas) camadas de material sintético, sem furos, 5(cinco) talas em polipropileno afixadas por solda eletrônica, acabamento em costuras nas bordas de viés; Nível de desempenho classe 2(dois); proteção das pernas contra agentes abrasivos e escoriantes, uso em soldagens e processos similares. Deverá, como todo Equipamento de Proteção Individual (EPI), possuir Certificado de Aprovação.	406935	UND	150	8.178,75
4	Capacete de segurança para cabeça com regulador, na cor branca. Fabricado em polietileno de alta densidade; Aba frontal para proteção de olhos e face; resistência dielétrica para proteção da cabeça contra choques elétricos, classe B, norma NBR	221238	UND	150	7.096,50

	8221; aberturas laterais para encaixe de kits abafadores de ruídos e protetores faciais MSA. Deverá, como todo Equipamento de Proteção Individual (EPI), possuir Certificado de Aprovação.				
5	Óculos de proteção; Aplicação em indústrias e a céu aberto; lentes estendidas para as laterais, proporcionando maior ângulo de proteção contra partículas volantes; tratamento antirrisco, resistências contra impactos ou quedas; hastes flexíveis e apoio nasal. Norma técnica ANSI.Z.87.1/2003. Deverá, como todo Equipamento de Proteção Individual (EPI), possuir Certificado de Aprovação	221243	UND	150	1.159,50
6	Colete reflexivo para proteção em locais que necessitem de visualização diurna e noturna, refletindo a luz com cores de alerta; Alta visibilidade; fechamento frontal em zíper ou velcro; tecido fluorescente 100(cem)% poliéster. Deverá, como todo Equipamento de Proteção Individual (EPI), possuir Certificado de Aprovação	220531	UND	150	5.989,50
7	Luva pigmentada para proteção contra agentes mecânicos; pigmentos de alta qualidade antiderrapantes de PVC na palma e face palmar dos dedos; confeccionada com 5(cinco) fios mistos de malha ou tricotada em 4(quatro) fios de algodão; sem costura; palma aderente e média resistência abrasão; Deverá, como todo Equipamento de Proteção Individual (EPI), possuir Certificado de Aprovação	318426	PAR	150	1.272,00
8	Martelo petrográfico de cabo médio, cabeça pontiaguda forjado em peça inteira, cabo de nylon e vinil. Comprimento total de 330mm. Tipo ESTWING E3-22P.	325637	UND	50	24.000,00

1.2. O objeto da aquisição está dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. **O objetivo da compra destes materiais, é salvaguardar e mitigar os riscos de saúde e segurança a que todos os alunos de Geologia estão expostos em suas atividades de campo.**

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, em seu art. 1º, parágrafo único, c/c o Decreto nº 5.450, de 2005, em seu art. 2º, §1º.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de **20(vinte) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

4.2. O endereço para entrega é Rua Paulo Emídio Barbosa, S/Nº - Cidade Universitária – Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.941-615 - **Almoxarifado Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro** - Telefone: 2590-0727, no horário de 09:00 h as 16:00 h, nos dias úteis.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **30(trinta) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.1.7. Todas as despesas de frete, embalagem, impostos, encargos incidentes deverão ser incluídos no preço da proposta e, em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura. Os materiais deverão ser entregues a expensas da CONTRATADA, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Termo e na Proposta Comercial.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

9.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. fraudar na execução do contrato;

9.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. cometer fraude fiscal;

9.1.6. não manter a proposta.

9.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.3. multa moratória de 0,5%(meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60(sessenta) dias;

9.3.1. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

9.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

9.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2018.

Professor Marco Braga

Aprovo o presente Termo de referência.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2018

Professor Ismar de Souza Carvalho

Diretor do Instituto de Geociências